

**ATA NÚMERO 369/XII/4.<sup>a</sup> SL**

Ao primeiro dia do mês de abril de 2015, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, para apresentação do respetivo plano de atividades e a programação do seu desenvolvimento, nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.
2. Apreciação e votação das atas n.ºs 366 e 367, referentes às reuniões de 25 e 27 de março, respetivamente.
3. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 313/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, à segunda alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, à primeira alteração à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das entidades intermunicipais e do associativismo autárquico, à primeira alteração à Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 92/2014 de 20 de junho, que estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, introduzindo clarificações nos respetivos regimes.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

Comissão competente: Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local].

4. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 809/XII/4.<sup>a</sup> (PS) - Consagra o princípio da Transparência Ativa em toda a Administração Pública.

Autor do parecer: Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD).

[Comissão competente: Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias].

5. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 166/XII/2.<sup>a</sup> (ALRAA) - Alteração ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA.
6. Deliberação sobre o pedido, apresentado pelo Governo, de retificação da Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, que «Transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2011/61/UE e 2013/14/UE, procedendo à revisão do regime jurídico dos organismos de investimento coletivo e à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e ao Código dos Valores Mobiliários».
7. Votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP com vista à realização, no âmbito da COFAP, de um conjunto alargado de audições sobre a fiscalidade das grandes empresas nacionais e multinacionais que operam em Portugal.
8. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PS com vista à audição da Diretora Geral da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), Mafalda Lopes dos Santos, sobre o cumprimento das atribuições deste serviço integrado enquanto entidade gestora do sistema de requalificação, em particular sobre o acompanhamento, dinamização e promoção do reinício de funções dos trabalhadores colocados em situação de requalificação.
9. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2014.
10. Distribuição de iniciativas europeias.
11. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 488/XII/4.<sup>a</sup>, de iniciativa de Joaquim Fernando Dias de Magalhães: "Solicita a alteração do artigo 53.º do CIRS, no sentido de esclarecer qual o período temporal a que se refere a dedução relativa em relação aos rendimentos da categoria H".  
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
12. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 492/XII/4.<sup>a</sup>, de iniciativa da Associação Sindical dos Funcionários da ASAE: "Pela Criação de um Estatuto de Carreira que confira dignidade à Inspeção da ASAE".  
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

13. Apreciação do relatório da audiência concedida ao Vice-Presidente do Parlamento do Montenegro.
14. Outros assuntos.

---

**1. Audição do Presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, para apresentação do respetivo plano de atividades e a programação do seu desenvolvimento, nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.**

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos dando as boas vindas ao Senhor Presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito das novas disposições da Lei Quadro das Entidades Reguladoras, tendo de seguida passado a palavra ao Senhor Presidente da ASF para uma intervenção.

O Senhor Presidente da ASF efetuou uma alocução inicial, na qual sublinhou os principais componentes do Plano de Atividades para 2015 e do Plano Estratégico para 2015-2017, tendo ainda dado conta dos principais indicadores do mercado de seguros e fundos de pensões e das principais iniciativas regulatórias previstas para 2015.

O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Presidente da ASF a apresentação efetuada, após o que deu início ao debate, passando a palavra aos Grupos Parlamentares, tendo intervindo os Senhores Deputados João Galamba (PS), Nuno Serra (PSD), Michael Seufert (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), após o que, não havendo intervenções adicionais, o Senhor Presidente agradeceu os contributos prestados e a cooperação institucional da ASF, suspendendo de seguida os trabalhos.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante da presente ata. Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a sua gravação, a apresentação efetuada e outra documentação estão disponíveis na [página internet](#) da Comissão.

**2. Apreciação e votação das atas n.ºs 366 e 367, referentes às reuniões de 25 e 27 de março, respetivamente.**

As [atas n.ºs 366 e 367](#), referentes às reuniões de 25 e 27 de março, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, com correções de redação em ambas as atas, verificando-se a ausência do BE.

**3. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 313/XII/4.ª (GOV) -  
Procede à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, à segunda alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, à primeira alteração à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das entidades intermunicipais e do associativismo autárquico, à primeira alteração à Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 92/2014 de 20 de junho, que estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, introduzindo clarificações nos respetivos regimes.**

**Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.**

**Comissão competente: Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local].**

O Senhor Presidente deu nota da baixa à Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local da [Proposta de Lei n.º 313/XII/4.ª \(GOV\)](#), sendo conexas a COFAP, após o que foi nomeado o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) autor do parecer da COFAP.

A propósito de distribuição de iniciativas legislativas, a Comissão deliberou distribuir, igualmente, para elaboração de parecer, o [Projeto de Lei n.º 835/XII/4.ª \(PS\)](#), apesar de a discussão da iniciativa em Plenário já se encontrar agendada, tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado como autora do parecer da COFAP a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

**4. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 809/XII/4.ª (PS) –  
Consagra o princípio da Transparência Ativa em toda a Administração Pública.**

**Autor do parecer: Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD).**

**[Comissão competente: Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias].**

O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) apresentou o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 809/XII/4.ª \(PS\)](#), subscrevendo a conexão estabelecida com a COFAP na baixa da iniciativa à 1.ª Comissão enquanto comissão competente, atentas as matérias da Administração Pública. O Senhor Deputado recordou, ainda, o parecer emitido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados sobre o projeto de lei, e as questões dele constantes, solicitando que o mesmo fosse anexo ao parecer. Em sede de debate, usaram da palavra os Senhores Deputados Paulo Sá (PCP), Vera Rodrigues (CDS-PP) e Isabel Santos (PS), que saudaram o autor do parecer, após o que o mesmo foi votado e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

**5. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 166/XII/2.ª (ALRAA) – Alteração ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA.**

Sobre a nova apreciação, na generalidade, da [Proposta de Lei n.º 166/XII/2.ª \(ALRAA\)](#), a Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) propôs ouvir, em audição, uma delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para aferir da oportunidade da iniciativa, dada a tentativa de implementação efetiva do regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA, tendo o Senhor Presidente sugerido uma diligência intercalar, através das diligências da Senhora Presidente da Assembleia da República, de consulta escrita à ALRAA sobre esta matéria, com vista a obter esclarecimentos quanto ao seguimento da tramitação da Proposta de Lei. Esta proposta mereceu a anuência dos Grupos Parlamentares.

**6. Deliberação sobre o pedido, apresentado pelo Governo, de retificação da Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, que «Transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2011/61/UE e 2013/14/UE, procedendo à revisão do regime jurídico dos organismos de investimento coletivo e à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e ao Código dos Valores Mobiliários».**

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) recordou as regras legais subjacentes à possibilidade de retificações, bem como o modo como, no caso concreto em apreço, o processo legislativo e a fixação da redação final haviam decorrido com celeridade, impedindo a adequada reflexão.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

O Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) recordou que algumas destas questões haviam sido já suscitadas anteriormente.

O Senhor Presidente, sobre esta questão, informou que seria distribuída uma nota dos serviços sobre o teor da declaração de retificação solicitada pelo Governo, tendo sido consensualizado efetuar uma deliberação na reunião ordinária seguinte da Comissão com vista à adequada análise sobre as questões suscitadas pelo Governo.

**7. Votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP com vista à realização, no âmbito da COFAP, de um conjunto alargado de audições sobre a fiscalidade das grandes empresas nacionais e multinacionais que operam em Portugal.**

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) deu nota que ainda não tinha tido oportunidade de reformular o requerimento nos termos solicitados, solicitando o adiamento da deliberação para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

**8. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PS com vista à audição da Diretora Geral da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), Mafalda Lopes dos Santos, sobre o cumprimento das atribuições deste serviço integrado enquanto entidade gestora do sistema de requalificação, em particular sobre o acompanhamento, dinamização e promoção do reinício de funções dos trabalhadores colocados em situação de requalificação.**

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) apresentou o requerimento, dando nota do seu fundamento. Em sede de debate, o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) recordou que a responsabilidade política é do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, o qual havia estado recentemente na Comissão em audição. A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) recordou ter questionado o membro do Governo em apreço sobre estas matérias, não tendo obtido respostas satisfatórias, e recordou ainda que diversas das questões suscitadas são de natureza técnica, da responsabilidade do INA. Por seu turno, a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) considerou que poderia ser votado o requerimento e também a sugestão do Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) quanto ao membro do Governo em apreço.

Não havendo intervenções adicionais, o Senhor Presidente colocou o requerimento à votação, dado ser a única proposta em apreciação, tendo o mesmo sido rejeitado com os votos favoráveis de PS, PCP e BE e contra de PSD e CDS-PP.

**9. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2014.**

Atenta a inexistência de propostas de auditorias, o presente ponto foi adiado para uma reunião posterior da Comissão, tendo o Senhor Presidente solicitado aos Grupos Parlamentares a apresentação de propostas, nos termos estabelecidos.

**10. Distribuição de iniciativas europeias.**

Os Senhores Deputados tomaram conhecimento de diversas iniciativas europeias remetidas à Comissão, tendo ainda sido distribuídas, para elaboração de relatório, a [Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a transparência fiscal para combater a evasão e a elisão fiscais](#) [COM(2015)136], tendo sido nomeado relator o Senhor Deputado Ivo Oliveira (PS); e a [Proposta de Diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade](#) [COM(2015)135] tendo sido nomeada relatora a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

**11. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 488/XII/4.<sup>a</sup>, de iniciativa de Joaquim Fernando Dias de Magalhães: "Solicita a alteração do artigo 53.º do CIRIS, no sentido de esclarecer qual o período temporal a que se refere a dedução relativa em relação aos rendimentos da categoria H".**

**Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.**

A Comissão deliberou admitir a [Petição n.º 488/XII/4.<sup>a</sup>](#), tendo o Grupo Parlamentar do PS designado como relator o Senhor Deputado Ivo Oliveira (PS).

**12. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 492/XII/4.<sup>a</sup>, de iniciativa da Associação Sindical dos Funcionários da ASAE: "Pela Criação de um Estatuto de Carreira que confira dignidade à Inspeção da ASAE".**

**Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.**

A Comissão deliberou admitir a [Petição n.º 492/XII/4.<sup>a</sup>](#), cabendo ao Grupo Parlamentar do PSD a designação de relator(a).

**13. Apreciação do relatório da audiência concedida ao Vice-Presidente do Parlamento do Montenegro.**

O Senhor Presidente deu conta da audiência concedida ao Vice-Presidente do Parlamento do Montenegro, em sede de reunião de Mesa e Coordenadores, tendo sido abordados, entre outros assuntos, o processo de aproximação deste país à UE, e o referendo que ditou a independência deste país em 2006.

**14. Outros assuntos.**

Sobre a audição da CNPD, o Senhor Presidente deu nota das diligências em curso com vista ao seu agendamento para 8 de abril, tendo o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) dado nota da eventual possibilidade de o agendamento ser conjunto com a 1.<sup>a</sup> Comissão, atentos os requerimentos aí apresentados.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) recordou as questões colocadas à Senhora Ministra na audição da semana anterior e da disponibilidade manifestada pela governante para, não dispondo dos elementos para responder naquele momento, o fazer em momento posterior, pelo que solicitou uma diligência informal com o Gabinete da Senhora Ministra para obter as citadas respostas, se possível em tempo útil com vista à audição da CNPD.

O Senhor Presidente recordou ainda a distribuição, a todos os Senhores Deputados, das respostas entretanto enviadas pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento às questões colocadas igualmente pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) na audição deste membro do Governo, as quais haviam chegado à Comissão durante a audição regimental da semana anterior.

Não se registando outras intervenções, o Senhor Presidente deu por concluídos os trabalhos e a reunião do dia.

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.





Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Palácio de São Bento, 1 de abril de 2015

**O PRESIDENTE,  
EDUARDO CABRITA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Conceição Bessa Ruão  
Cristóvão Crespo  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Isabel Santos  
João Galamba  
Jorge Paulo Oliveira  
Paulo Sá  
Pedro Filipe Soares  
Sónia Fertuzinhos  
Vera Rodrigues  
Vieira da Silva  
Artur Rêgo  
Hortense Martins  
Hugo Velosa  
Ivo Oliveira  
Michael Seufert  
Nuno Serra  
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Meireles  
Pedro Nuno Santos



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco

Fernando Virgílio Macedo

João Paulo Correia

José de Matos Rosa

Nuno Reis